

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA -COORDENADOR DO GTT-SH DO MPE/RJ

TAC do COMPERJ

Referência: ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023

Procedimento Administrativo – PA 163-2019

Resposta ao Ofício 17/2023/GTT-SH/MPRJ, recebido em 19/1/2023.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada na ação civil pública acima indicada, **respeitosamente**, vem por meio da presente responder ao Ofício 17/2023/GTT-SH/MPRJ, relativo a obrigação constante do TAC do COMPERJ, da cláusula segunda, item 5.1.11.2, que assim estabelece:

“DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

CLÁUSULA SEGUNDA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer e de pagar abaixo especificadas e a apresentar no bojo do processo de licenciamento ambiental e nos autos da presente ação civil pública ao MP e a este Juízo, o que segue, nos prazos constantes do Cronograma de Execução das Ações, que é o ANEXO 1, parte integrante do presente instrumento.

(...)

5.1.11.2) De forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.”

Em resposta ao Ofício n 17/2023_GTT-SH/MPRJ, PA 163/2019, apresentamos as atualizações solicitadas com relação aos Projetos de Reflorestamento de 400 ha na área intramuros do antigo Comperj, atualmente denominado Polo GasLub de Itaboraí, e de 60 ha em áreas estratégicas da Bacia Guapi-Macacu, como segue:

1. Reflorestamento Intramuros 400 ha Comperj (atual GasLub).

Após a última reunião realizada em 01/12/2021 com o Ministério Público Estadual, uma equipe da Gerência do Serviço Florestal – GESEF/INEA fez uma vistoria na área do Projeto de Reflorestamento no Comperj, em 02/12/2021. No entanto, não houve até o momento a emissão de um parecer da referida vistoria pelo órgão ambiental. Posteriormente, a PETROBRAS protocolou o 1º Relatório de Monitoramento Anual referente ao projeto, em 28/12/2021 através da Carta SMS/LCA/MPL-DP-TDI/MPL-SRGE 0141/2021 (Anexo I) em atendimento à Obrigação 5.1.11.2 do TAC COMPERJ e solicitou ao INEA a quitação da Obrigação PA-163/2019.

Desde então, a PETROBRAS manteve as atividades de manutenção do plantio, focadas principalmente no controle das gramíneas invasoras, na manutenção de aceiros, adubações em cobertura, replantios e monitoramentos.

O Projeto possui áreas com 2 e 3 anos de manutenção, pós-implantação. Em novembro/2022, a PETROBRAS fez nova campanha de monitoramento anual e constatou que, mesmo não possuindo os 4 anos previstos de manutenção estabelecidos na Resolução INEA nº 143/2017, as áreas já haviam atingido todos os parâmetros estabelecidos para fins de quitação.

Em 10/02/2023, por meio da Carta SMS/LCA/MPL-DP-TDI/MPL-SRGE 0012/2023 (Anexo II), a PETROBRAS protocolou no INEA o 2º Relatório Anual de Monitoramento (Anexo III) e Mapa de Plantio em KMZ (Anexo IV) e continua aguardando uma resposta do órgão ambiental.

O contrato com a prestadora de serviços responsável pela implantação e manutenção do projeto se encerra por prazo em 24/03/2023. A PETROBRAS seguirá tomando todas as providências relacionadas à proteção e preservação da área do reflorestamento contra incêndios florestais.

De toda sorte, ficamos à disposição para esclarecimentos de dúvidas e para agendamento de vistorias na área de plantio, caso o MPE/RJ julgue necessário.

2. Plantar e monitorar 60 ha de áreas estratégicas na Bacia Guapi-Macacu.

Conforme o Relatório Final Projeto Guapiaçu 2021 enviado ao MP-RJ como anexo da carta SMS/LCA/MPL-DP-TDI 0271/2021 (Anexo V), as áreas do reflorestamento de 60 ha realizadas na bacia hidrográfica Guapi-Macacu fizeram parte do Projeto Socioambiental Guapiaçu, patrocinado pela PETROBRAS em parceria com a Reserva Ecológica de Guapiaçu (REGUA) até 31/12/2021.

As fases do projeto foram concluídas e, por decisão unilateral da REGUA, Termo de Recebimento Definitivo Projeto Guapiaçu de 19/01/2022 (Anexo VI), a parceria com a Petrobras não foi renovada. Desde então, com recursos próprios e

de outras parcerias, é a REGUA quem realiza atividades de manutenção de todas as áreas plantadas durante o patrocínio da PETROBRAS e que estão em pleno desenvolvimento, sem qualquer relato de evento danoso às áreas. Essas atividades de manutenção e preservação das áreas de plantio são realizadas pela REGUA, tendo em vista, seu comprometimento com a recuperação florestal na Bacia do Rio Guapiaçu.

De toda sorte, importante lembrar que a Petrobras cumpriu integralmente com a obrigação até 31/12/2021, conforme alinhado no TAC1 do Comperj.

3. Da execução de ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021.

Embora não tenha sido questionado no Ofício que está sendo ora respondido, informamos, de toda sorte, que o item (ii) da obrigação 5.1.11.2 da cláusula segunda do TAC1 do Comperj foi plenamente atendido, conforme evidências enviadas em 27/12/2021, carta SMS/LCA/MPL-DP-TDI 0271/2021 (**Anexo V**).

Assim, atendemos integralmente a obrigação constante do TAC1 do Comperj, cláusula segunda, item 5.1.11.2.; bem como aproveitamos o ensejo para juntar os documentos comprobatórios relativos aos anexos acima referidos. De toda sorte, estamos sempre à disposição.

Aguarda deferimento.
Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023.

Margareth Michels Bilhalva
OAB nº 171.623